



ANEXO XII – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI E

_____.

Contrato nº ____/2.015

Por este instrumento de contrato, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI**, CNPJ nº 46.151.718/0001-80, situada na Praça James Mellor s/nº, neste ato representada por seu Prefeito, o Sr **PEDRO FELÍCIO ESTRADA BERNABÉ**, brasileiro, casado, RG nº 3.978.179-3, CPF/MF nº 362.332.348-91, doravante denominada **CONCEDENTE**, e de outro lado a empresa _____, CNPJ/MF nº _____, estabelecida na _____, nº _____ – _____, na cidade de _____, Estado _____, representada neste ato por seu _____, o Sr.(a) _____, RG nº _____, CPF nº _____, adiante denominada **CONCESSIONÁRIA**, tornam justo e acordado na presença das duas testemunhas ao final assinadas, o seguinte ajuste:

CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO

1.1. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM TRANSPORTE COLETIVO URBANO, MEDIANTE CONCESSÃO POR LOTE ÚNICO, PELO PRAZO DE 10 (DEZ) ANOS, PRORROGÁVEL POR ATÉ 05 (CINCO) ANOS, CONFORME ESPECIFICADO NO EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº ____/2016 E SEUS ANEXOS QUE, INDEPENDENTE DE TRANSCRIÇÃO INTEGRAM O PRESENTE INSTRUMENTO, NOS TERMOS DOS ART. 175, 30, V DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DA LEI FEDERAL Nº 8.987/95, LEI FEDERAL Nº 12.587/12 E DA LEI COMPLEMENTAR Nº 60/2014 DE BIRIGUI.

CLÁUSULA 2ª - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO DE CONCESSÃO

2.1 O prazo de vigência do contrato inicia-se a partir da data da publicação resumida do instrumento de contrato na Imprensa Oficial, encerrando-se na data do término da concessão, prevista para acontecer em 10 (dez) anos.

2.1.1 O Contrato de Concessão é prorrogável por até 05 (cinco) anos, se observadas as condições contratuais.

2.1.2 A prorrogação contratual é condicionada a: cumprimento regular de todas as cláusulas editalícias e contratuais; nova demonstração dos requisitos de habilitação; adequação da contratação a



revisões e atualizações do Plano de Mobilidade Urbana a ser editado; cumprimento das disposições da Lei Federal nº 13.146/2015.

2.1.3 O preenchimento das condições não confere à CONCESSIONÁRIA direito subjetivo à prorrogação.

2.1.4 A prorrogação será formalizada de acordo com os arts. 60 e 61 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA 3ª - CONDIÇÕES NECESSÁRIAS À PRESTAÇÃO ADEQUADA DOS SERVIÇOS (LEI 8.987/95, ART. 18, II E ART. 6º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 60/2014)

3.1. Os serviços deverão ser executados de acordo com o Edital, com veículos equipados com sistemas de bilhetagem eletrônica e monitoramento por GPS, em conformidade com as normas, prazos e especificações constantes do Anexo I, bem como demais anexos e normas pertinentes, obedecendo aos procedimentos operacionais estabelecidos, de forma a atender as linhas regulares previstas.

3.1.1. A Concessionária, receberá o sistema de transporte operando da mesma forma que antes da licitação (situação atual), obrigando-se a executá-lo, nos prazos e condições estabelecidos no presente Edital e seus Anexos.

3.1.2. A Concessionária terá um prazo de até 15 (quinze) dias a contar do recebimento de Ordem de Serviços, para operar totalmente as linhas previstas no Projeto Básico (Anexo I), prazo esse que poderá ser prorrogado, se, antes de sua expiração, for protocolado requerimento escrito, juntando provas lícitas e legítimas da ocorrência de algum dos motivos do artigo 57 § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

3.2. Todos os veículos da frota vinculada à concessão deverão atender às especificações do Código de Trânsito Brasileiro - CTB e demais normas da legislação federal pertinente (CONTRAN, CONMETRO, CONAMA) e àquela que trata da acessibilidade, a Lei 10.098/2000 e Decreto Federal 5.296/04, bem como às estabelecidas ou que vierem a ser determinadas pelo PODER CONCEDENTE ou por outros órgãos competentes e nestes últimos casos, sempre precedido do respectivo estudo de viabilidade técnica e readequação do equilíbrio econômico e financeiro do Contrato.

3.3. Todos os veículos a serem utilizados na prestação do serviço concedido devem ser previamente aprovados por vistoria do PODER CONCEDENTE, devendo possuir as especificações mínimas previstas no Anexo II deste Edital, podendo ser substituído, a critério do órgão fiscalizador, por laudo de vistoria Veicular emitido por empresa devidamente credenciada pelos órgãos públicos competentes.



3.3.1 – A Concessionária deverá apresentar a frota com a qual cumprirá sua proposta, no prazo de até 60 (sessenta) dias, após proclamado o resultado final do certame para que a Secretaria de Segurança Pública/Departamento de Trânsito do PODER CONCEDENTE, possa realizar a vistoria prévia dos veículos, bem como utilizar também de laudo de vistoria veicular se for o caso.

3.3.2 - A Concessionária deverá proceder agendamento através do telefone (18) 3642.2215, junto ao Departamento de Trânsito.

3.3.3 – A frota deverá passar por vistoria do PODER CONCEDENTE, anualmente.

3.4. Idade da Frota:

3.4.1. Nenhum veículo a ser utilizado no cumprimento do contrato poderá ter mais de 08 (oito) anos de fabricação, sempre observando as inovações tecnológicas exurgidas no curso do contrato (art. 38 § 5º da Lei complementar nº 60/2014), observado as disposições da idade média constante dos Anexos I e IX e facultado o emprego de veículos mais novos. Precedente: TC 1471.989.12, do TCESP.

3.5. A Concessionária deverá implantar e operar, dentro do prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias contados da Ordem de Serviços, às suas expensas, o Sistema de Bilhetagem Eletrônica e Monitoramento, de acordo com as especificações contidas no Anexo IV.

3.6. A Concessionária deverá disponibilizar um Sistema de Controle Operacional informatizado, instalado na empresa, mantendo o banco de dados atualizado, prevendo-se no mínimo os seguintes itens:

3.6.1. Registro da frota, com a idade média e individual (anos inteiros);

3.6.2. Registro das linhas, itinerários com as respectivas quilometragens aferidas;

3.6.3. Tabelas dos horários previstos de início de todas as viagens de todas as linhas;

3.6.4. Dados operacionais realizados por período mensal (km, passageiros, frota operante, IPK e IPKeq);

3.6.5. Localização dos veículos através do GPS, nos termos do Anexo IV.

3.6.6. Distribuição da frota de veículos, disponibilizado por linha.

3.7. A Concessionária deverá implantar um Programa de Comunicação com os Usuários, através da Central de Informações (0800 ou similar) para reclamações, serviço de atendimento por internet e por telefone, quadro de divulgação de linhas, trajetos e horários disponibilizados aos usuários, conforme Anexo VI.

3.8. A Concessionária deverá disponibilizar tempo e ou espaço físico nas áreas internas e externas dos ônibus, abrigos, terminais ou estações de transbordo, para que o PODER CONCEDENTE efetue publicidade institucional, nos termos do Anexo VII.



3.9. A Concessionária compromete-se a não executar serviços de natureza diferente do objeto do presente certame, inclusive financeiros, sem autorização prévia do PODER CONCEDENTE.

3.10. A Concessionária se compromete a dar preferência na contratação de mão-de-obra ao pessoal disponível no município, que já atue na prestação do serviço de transporte coletivo, ressalvados os impedimentos legais e de saúde, conforme art. 12, IV, da Lei Federal nº 8.666/93.

Precedente: TC 027189/026/11

3.11. A Concessionária é responsável pela guarda e manutenção da frota com que cumprirá sua proposta, bem como pelas instalações onde administrará seus serviços.

CLÁUSULA 4ª – PREÇO DA TARIFA

4.1 - O preço máximo da tarifa é de R\$ (.....) de acordo com a proposta da concessionária.

4.2 - A data base para efeitos de reajuste é a data limite para apresentação das propostas.

4.3 . Critério de Reajuste e Revisão da Tarifa

- Da Tarifa:

4.3.1. A tarifa da prestação do serviço de transporte público coletivo deverá ser constituída pelo preço público cobrado do usuário pelos serviços somado à receita oriunda de outras fontes de custeio, de forma a cobrir os reais custos do serviço prestado ao usuário pela CONCESSIONÁRIA, além de sua própria remuneração.

4.3.3. Face à manutenção do princípio da modicidade e do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, considera-se justa a remuneração que atenda, pelo menos, aos seguintes fatores básicos:

4.3.3.1. Despesas de operação;

4.3.3.2. Custos de depreciação sobre todos os bens envolvidos na prestação dos serviços, compatível com os prazos e com o regime de depreciação;

4.3.3.3. Remuneração de todo o capital empregado para a execução dos serviços, direta ou indiretamente, como por exemplo: garagens e suas benfeitorias, frota, máquinas, instalações, ferramentas, equipamentos e almoxarifado;

4.3.3.4. Despesas com encargos tributários e sociais, despesas administrativas, seguros, outorga e demais despesas e custos previstos ou autorizados;

4.3.3.5. Amortização dos Bens Reversíveis;

4.3.3.6. Custos necessários à disponibilização para venda de créditos eletrônicos em seus pontos de vendas internos ou externos.

4.3.3.7. Outros que vierem a ser exigidos no cumprimento da tarifa pública, não previstos no Edital e seus Anexos, desde que mantido o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.



4.3.4. A CONCESSIONÁRIA poderá propor à CONCEDENTE e, caso autorizado, adotar medidas de reduções tarifárias em horários ou locais específicos, ou medidas promocionais de fidelização de passageiros, inclusive de caráter sazonal, sem que isso possa gerar qualquer direito à solicitação de revisão da tarifa de remuneração.

4.3.5. As gratuidades são as previstas no art. 16 da Lei Complementar 60/2014 e, as isenções parciais são as constantes do art. 17 do mesmo Diploma Legal, regulamentado pelo Decreto nº 5.432, de 08 de junho de 2.015.

4.3.5.1. Se o transporte escolar deixar de ser terceirizado, o incremento de passageiros correspondente deverá ser considerado para fins de concretização do princípio da modicidade da tarifa.

4.4. O Contrato estará equilibrado econômico e financeiramente se as receitas da CONCESSIONÁRIA cobrirem os custos previstos a partir de sua Proposta Comercial, medidos pelos mesmos coeficientes técnicos de consumo dos insumos, aplicados a cotações atualizadas dos mesmos.

4.5. Dos reajustes:

4.5.1. A Tarifa será objeto de Reajuste com o uso da fórmula paramétrica apresentada no item 4.5.2, considerando como data-base a data limite para apresentação da proposta, ressalvada a hipótese da parte final da cláusula 4.6.1.1 a seguir, por ato do Poder Executivo, na forma da Lei Orgânica do Município, anualmente, desde que, não haja alteração significativa na produtividade do serviço (passageiros transportados por veículo e por quilômetro rodado) e que, comprovadamente, em virtude da elevação ou redução de preços da atividade, afetem o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, e observando-se, em qualquer caso, as disposições pertinentes da Lei Federal nº 12.587/2012.

4.5.2. Os valores contratuais serão reajustados de acordo com a seguinte expressão:

$$R = [(0,33 \times i1) + (0,31 \times i2) + (0,23 \times i3) + (0,13 \times i4)]$$

Sendo:

R. Índice de reajuste a aplicar entre os períodos considerados

i1. Variação do Reajuste Salarial. dado pela empresa operadora.

i2. Preço médio praticado ao Distribuidor para o Estado de São Paulo, da Síntese dos Preços Praticados. SUDESTE, RESUMO II. Diesel R\$/l da ANP. Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis;

i3. Variação do índice de Preços do Consumidor Amplo. Origem da FGV código 1006829 IPA-Origem - OG-DI - Produtos Industriais - Indústria de Transformação - Veículos Automotores, Reboques, Carrocerias e Autopeças;

i4. Índice acumulado do IPC do IGP-DI/FGV.



OBS.: Nos itens i2, i3 e i4 a variação citada refere-se aos meses do intervalo, começando 3 meses antes do último reajuste e até 3 meses antes da solicitação do novo reajuste, devido à disponibilidade dos dados publicados. Para o cálculo do Reajuste do valor da tarifa será considerada a efetivação dos acordos salariais das categorias profissionais envolvidas na execução dos serviços, ora licitado.

4.5.2.1. No caso da paralisação da publicação dos índices elencados, os mesmos serão substituídos por outros equivalentes, de comum acordo.

4.5.3. O reajuste deverá ser requerido pela CONCESSIONÁRIA até trinta dias antes do aniversário da abertura de sua proposta, competindo-lhe o ônus de comprovar os fatos constitutivos do direito previsto nas cláusulas 9.5.1 e 9.5.2 acima, conforme circunstâncias nelas relacionadas, sob pena de preclusão dele quanto ao período correspondente e admissão de que o contrato se encontra perfeitamente equilibrado.

4.6. Das revisões:

4.6.1. Caso demonstrada a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato serão tomadas medidas para a recomposição do mesmo, levando-se em conta a estrutura e os índices técnicos da planilha tarifária devidamente reavaliada.

4.6.1.1. Após cada recomposição de equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, os eventuais reajustes tarifários voltam a ser calculados pela fórmula paramétrica, devidamente reavaliada em seus pesos paramétricos, decorrentes da recomposição e manutenção do equilíbrio econômico e financeiro do Contrato, observado o art. 2º, § 2º da Lei Federal nº 10.192/2001.

4.6.2. O CONCEDENTE poderá, em caráter excepcional, proceder à revisão extraordinária das tarifas, por ato de ofício ou mediante provocação da CONCESSIONÁRIA, caso em que esta deverá demonstrar sua cabal necessidade, instruindo o requerimento com todos os elementos indispensáveis e suficientes para subsidiar a decisão, cuja publicidade se dará na forma da Lei Orgânica do Município.

4.6.3. A aferição da necessidade de revisão dar-se-á, dentre outros, nos seguintes casos, que poderão ocorrer simultaneamente ou não, desde que comprovadamente gerem desequilíbrio econômico-financeiro do contrato:

4.6.3.1. Sempre que ocorrer modificações operacionais determinadas pela CONCEDENTE com o objetivo de melhorar o atendimento aos usuários e a eficiência do sistema de transporte coletivo, de comprovada repercussão nos custos da CONCESSIONÁRIA, para mais ou para menos, conforme o caso;



4.6.3.2. Sempre que ocorrer variação da composição de investimentos em frota, decorrente de determinação da CONCEDENTE, em razão de acréscimo ou diminuição de veículos, mudança de modal ou tipo de veículo, ou modificação de vida útil ou idade média máxima;

4.6.3.3. Sempre que houver acréscimo ou supressão dos encargos previstos no Projeto Básico, para mais ou para menos, conforme o caso;

4.6.3.4. Quando da implantação de ações que interfiram na rede de transportes recomendadas e resultantes do Plano de Mobilidade Urbana a ser elaborado pela CONCEDENTE, que comprovadamente altere os encargos da CONCESSIONÁRIA, para mais ou para menos;

4.6.3.5. Ressalvados os impostos sobre a renda, sempre que forem criados, alterados ou extintos tributos que incidem sobre o serviço ou a receita da CONCESSIONÁRIA ou sobrevierem disposições legais, após a data de apresentação das propostas, de comprovada repercussão nos custos da CONCESSIONÁRIA, para mais ou para menos, conforme o caso;

4.6.3.6. Sempre que ocorrências supervenientes, decorrentes de força maior, caso fortuito, fato do príncipe, fato da Administração ou de interferências imprevistas resultem, comprovadamente, em acréscimo ou redução dos custos da CONCESSIONÁRIA;

4.6.3.7. Sempre que houver alteração unilateral do Contrato, que comprovadamente altere os encargos da CONCESSIONÁRIA, para mais ou para menos, conforme o caso, consoante Art. 9º, § 4º, Lei 8.987/95;

CLÁUSULA 5ª - RECEITAS DA CONCESSIONÁRIA

5.1. Pela prestação de serviço público de transporte de passageiros, a CONCESSIONÁRIA será remunerada através do pagamento da tarifa paga pelos usuários e demais receitas complementares autorizadas por Lei, conforme cláusula 5 do Edital.

CLÁUSULA 6ª - DOS ENCARGOS DA CONCESSIONÁRIA (ART. 37 da Lei Complementar nº 60/2014), SEM PREJUÍZO DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS.

6.1 Incumbe à contratada:

6.1.1. prestar serviço de transporte público coletivo adequado, na forma prevista no Edital e seus anexos,

6.1.2. manter em dia o inventário e o registro dos bens vinculados à concessão;

6.1.3. prestar contas da gestão do serviço ao poder concedente e aos usuários, nos termos regulamentares;

6.1.4. cumprir e fazer cumprir as normas do serviço e as cláusulas contratuais da concessão;



6.1.5. permitir aos encarregados da fiscalização livre acesso, em qualquer época, aos veículos, aos equipamentos de segurança e às instalações integrantes do serviço, bem como a seus registros contábeis;

6.1.6. promover as desapropriações e constituir servidões autorizadas pela CONCEDENTE, conforme previsto no edital e neste contrato;

6.1.7. zelar pela integridade dos usuários do serviço público, dos bens vinculados à prestação do serviço, bem como segurá-los adequadamente; e

6.1.8. captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à prestação do serviço;

6.1.9. cumprir as normas de operação, manutenção e reparos;

6.1.10. somente contratar pessoal devidamente habilitado e com comprovada experiência para as funções de operação, manutenção e reparos dos veículos;

6.1.11. somente operar veículos que preencham os requisitos de circulação, conforme previstos nas normas regimentais ou gerais pertinentes, assegurando sua integridade, implantação e manutenção de melhorias nos equipamentos do sistema de transporte coletivo.

6.1.12. adequar a prestação de serviço de transporte coletivo à Lei Municipal que estabelecerá o Plano de Mobilidade Urbana do Município.

6.1.13. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.1.14. Cumprir os arts. 9º, IV; 46, §1º; 48; 56; 59 e 117 da Lei Federal nº 13.146/2015, quando de sua entrada em vigor.

6.2 A CONCESSIONÁRIA deverá prestar os serviços de acordo com o modo, forma e condições, previstas no Edital e seus Anexos.

6.2.1. A CONCESSIONÁRIA prestará o serviço de Transporte Coletivo Urbano de forma **INTEGRADA**, conforme Anexo IV. Esta integração abrange todas as linhas que constituem o sistema de transporte coletivo, objeto deste contrato, devendo adotar como limite mínimo de tolerância (60 min.), a partir do registro do desembarque, para que o usuário possa embarcar em outro veículo.

6.2.2. A CONCESSIONÁRIA é obrigada a acatar todas as modificações operacionais determinadas pela CONCEDENTE com o objetivo de melhorar o atendimento aos usuários e a eficiência do sistema de transporte coletivo, sendo-lhe garantida a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, quando for o caso.

6.3. Sem prejuízo das demais obrigações previstas em Lei, Edital, Contrato, e Proposta da CONCESSIONÁRIA, as quais devem ser cumpridas integralmente, consistem suas obrigações gerais:



6.3.1. Cumprir fielmente as disposições aplicáveis da legislação municipal, bem como dos demais diplomas legais e regulamentares que venham a ser instituídos durante a vigência do contrato;

6.3.2. Acatar as políticas e diretrizes estabelecidas pela CONCEDENTE, sempre mediante previsão legal.

6.3.3. Iniciar a prestação do serviço no prazo fixado;

6.3.4. Cumprir normas e procedimentos operacionais, bem como as tabelas de horário que venham a ser fixadas pela CONCEDENTE, através das Ordens de Serviço - OS.

6.3.5. Atender às determinações da CONCEDENTE, feitas por meio dos órgãos fiscalizadores.

6.3.6. Responder por todos os impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais que incidirem, direta ou indiretamente, sobre todas as atividades decorrentes do Contrato, incluindo as obrigações trabalhistas e previdenciárias.

6.3.7. Apresentar, sempre que solicitado pela CONCEDENTE, os comprovantes de recolhimento de todos os tributos e encargos sociais incidentes sobre a atividade da empresa CONCESSIONÁRIA, bem como as certidões de regularidade fiscal exigidas para Habilitação na presente licitação.

6.3.8. Designar prepostos para gerenciar a execução da presente Concessão, credenciando-os junto a CONCEDENTE.

6.3.9. Encaminhar a CONCEDENTE, sempre que solicitado, documentação pertinente aos serviços executados no cumprimento do objeto licitado.

6.3.11. Solicitar previamente autorização para as atividades acessórias que pretenda desenvolver.

6.3.12. Encaminhar, até o dia 31 de julho e 31 de janeiro de cada ano, ao órgão gerenciador (Departamento de Trânsito), relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas no semestre anterior, contendo resumidamente:

6.3.12.1. Estado de conservação da frota em operação e idade de cada veículo (anos inteiros);

6.3.12.2. Média dos passageiros transportados nos dias úteis, sábados e domingos, por linha e por faixa horária;

6.3.12.3. Sugestões para o aperfeiçoamento dos serviços, que dependam da anuência da CONCEDENTE, tais como expansão ou redução dos serviços, criação ou supressão de linhas e outras medidas operacionais;

6.3.12.4. Encaminhar a CONCEDENTE, quando solicitado, a demonstração financeira dos resultados obtidos pela CONCESSIONÁRIA no exercício anterior, até 30 dias após a



data legalmente fixada para a apresentação pela CONCESSIONÁRIA da sua Declaração de Informações Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica DIPJ à Receita Federal, bem como acesso a dados relativos a administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros, e exclusivamente quanto ao objeto da concessão.

6.3.12.6. Realizar os investimentos na forma, prazo e condições previstos no Edital e seus Anexos.

6.3.12.7. Colocar permanentemente à disposição do usuário, contra o pagamento da tarifa de utilização efetiva, através dos meios de pagamento legalmente válidos, os serviços contratados, na forma, preços, percursos, horários e demais elementos do serviço, em conformidade com o Edital e seus Anexos;

6.3.12.8. Não interromper viagens, salvo em caso fortuito ou de força maior, caso em que a CONCESSIONÁRIA fica obrigada a realizar as providências necessárias para garantia, ao usuário, do prosseguimento de sua viagem.

6.3.12.9. Manter escrituração contábil, de acordo com as normas e padrões pertinentes, publicando, em jornal de circulação, no mínimo, no Município de Birigui, suas demonstrações financeiras, anualmente, no prazo em que a lei disciplinadora de suas regras societárias fixar para serem exigíveis, remetendo exemplar da edição ao PODER CONCEDENTE, para anexação aos autos deste processo licitatório. Precedente: TC670.006.13, do TCESP.

6.4. Obrigações Específicas da CONCESSIONÁRIA sobre Pessoal:

6.4.1. Manter seus empregados devidamente identificados e adequadamente uniformizados, respondendo por atos e ações por eles praticados, que atentem à moral, aos bons costumes e aos direitos de terceiros, especialmente dos usuários;

6.4.2. Ressarcir a CONCEDENTE por qualquer dano provocado por seus empregados ou prepostos, durante a execução dos serviços, praticados contra o patrimônio público municipal ou a terceiros.

6.5. Obrigações Específicas da CONCESSIONÁRIA Relativas à Operação dos Serviços de Transportes:

6.5.1. Na prestação dos serviços, deverão ser utilizados veículos que atendam às características técnicas e com idade determinadas pelo respectivo Edital e seus Anexos, em perfeitas condições de uso e limpeza;

6.5.3. Substituir ou ampliar, se for o caso e de comum acordo com a CONCEDENTE, após realização de estudo técnica específica, a frota necessária ao atendimento dos serviços, escopo desta Concessão, respeitando, sempre, o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato;



6.5.4. Executar a programação diária dos serviços, atendendo as determinações das Ordens de Serviços emitidas pela CONCEDENTE. Quaisquer alterações das Ordens de Serviços terão de ser precedidas de realização de estudo técnicas necessárias, onde fique estabelecido que não houve ofensas ao equilíbrio econômico-financeiro do Contrato;

CLÁUSULA 7ª - DOS ENCARGOS DA CONCEDENTE (arts. 35 e 36 da Lei Complementar nº 60/2014), SEM PREJUÍZO DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS.

7.1 Incumbe ao poder concedente:

- 7.1.1.** regulamentar o serviço concedido e fiscalizar permanentemente a sua prestação;
- 7.1.2.** aplicar as penalidades regulamentares e contratuais;
- 7.1.3.** intervir na prestação do serviço, nos casos e condições previstos em lei;
- 7.1.4.** extinguir a concessão, nos casos previstos em Lei e na forma prevista no presente contrato;
- 7.1.5.** autorizar reajustes e revisões de tarifas na forma da Lei e do presente contrato;
- 7.1.6.** cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais da concessão;
- 7.1.7.** zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários, que serão cientificados, em até trinta dias, das providências tomadas;
- 7.1.8.** declarar de utilidade pública os bens necessários à execução do serviço ou obra pública necessária a sua execução, promovendo as desapropriações, diretamente ou mediante outorga de poderes à concessionária, caso em que será desta a responsabilidade pelas indenizações cabíveis;
- 7.1.9.** declarar de necessidade ou utilidade pública, para fins de instituição de servidão administrativa, os bens necessários à execução de serviço ou obra pública, promovendo-a diretamente ou mediante outorga de poderes à concessionária, caso em que será desta a responsabilidade pelas indenizações cabíveis;
- 7.1.10.** estimular o aumento da qualidade, eficiência do serviço de transporte público, preservação do meio ambiente e conservação;
- 7.1.11.** incentivar a competitividade; e
- 7.1.12.** estimular a formação de associações de usuários para defesa de interesses relativos ao serviço.
- 7.1.13** – fiscalizar e ter acesso aos dados relativos à administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros da CONCESSIONÁRIA, exclusivamente quanto ao objeto da Concessão; a fiscalização será feita por intermédio de órgão técnico da CONCEDENTE ou por



entidade com ele conveniada, e, periodicamente, conforme previsto em norma regulamentar, por comissão composta de representantes da CONCEDENTE, da CONCESSIONÁRIA e dos usuários.

CLÁUSULA 8ª - DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS USUÁRIOS

8.1. No âmbito do cumprimento do objeto desta Concessão, são direitos dos usuários, sem prejuízo dos previstos nas Leis nº 8.078/90, 8.987/95 e 12.587/12:

8.1.1. Os usuários têm direito a que os serviços sejam prestados com a observância dos requisitos de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas, podendo acionar os órgãos fiscalizadores na defesa e preservação destes direitos.

8.1.2. Receber serviço regular, na forma prevista no Edital, na proposta vencedora e no presente contrato;

8.1.3. Receber da CONCEDENTE e da CONCESSIONÁRIA informações suficientes, para a perfeita utilização do sistema de transporte coletivo;

8.1.4. Obter e utilizar o serviço, observadas as normas da CONCEDENTE e da CONCESSIONÁRIA;

8.1.5. Levar ao conhecimento da CONCEDENTE os atos ilícitos praticados pela CONCESSIONÁRIA na prestação dos serviços;

8.1.6. Ser informado nos pontos de embarque e desembarque de passageiros, de forma gratuita e acessível, sobre itinerários, horários, tarifas dos serviços e modos de interação com outros modais;

8.1.7. Ter ambiente seguro e acessível para a utilização do sistema de transporte;

8.1.9. Ser informado, em linguagem acessível e de fácil compreensão, sobre:

8.1.9.1. Seus direitos e responsabilidades;

8.1.9.2. Os direitos e obrigações dos operadores dos serviços; e

8.1.9.3. Os padrões preestabelecidos de qualidade e quantidade dos serviços ofertados, bem como os meios para reclamações e respectivos prazos de resposta.

8.2. No âmbito do cumprimento do objeto desta Concessão, são obrigações dos usuários:

8.2.1. Zelar pelo serviço público que lhe é prestado, respeitando as normas que regulamentam o transporte coletivo urbano do município e as normas editadas pela CONCESSIONÁRIA;

8.2.2. Tratar os funcionários, empregados e prepostos da CONCEDENTE e da CONCESSIONÁRIA com cortesia e urbanidade, exigindo idêntico tratamento por parte dos mesmos;

8.2.3. Respeitar os direitos dos demais usuários e a preferência estabelecida a favor de idosos, gestantes, adultos com crianças de colo e pessoas com capacidade reduzida de locomoção;



8.2.4. Contribuir para a permanência das boas condições dos bens públicos através dos quais lhes são prestados os serviços.

CLÁUSULA 9ª – FISCALIZAÇÃO

9.1. A fiscalização dos serviços de transporte prestados pela CONCESSIONÁRIA, especificados nas Ordens de Serviço – OS's, ou relacionados em Regulamento ou no presente Contrato de Prestação de Serviço, será exercida pela CONCEDENTE e agentes de fiscalização credenciados, devidamente identificados.

9.2. A CONCEDENTE implantará, necessariamente, um sistema de avaliação periódica dos serviços prestados pela CONCESSIONÁRIA, visando a aferição de seu desempenho operacional, objetivando a manutenção da excelência da prestação dos serviços, em atendimento as disposições legais, previstas na Legislação Municipal, neste Contrato e no Edital de Licitação e seus Anexos.

9.3. A CONCEDENTE poderá adotar métodos, equipamentos de controle, formulários padronizados e outras formas de controle, documentais e não documentais, as quais serão previamente notificadas à CONCESSIONÁRIA, que servirão como fontes de informações para as medições e planejamento dos serviços objeto deste Contrato.

9.3.1. A CONCESSIONÁRIA se obriga nos prazos determinados a adotar, instalar, conservar e manter, conforme instruções a serem determinados pela CONCEDENTE os equipamentos embarcados destinados ao controle do pagamento da tarifa pelos usuários e à coleta, armazenamento e transmissão de dados relativos a fluxo de passageiros nas catracas e da operação dos veículos.

9.3.2. A CONCESSIONÁRIA se obriga desde já a prestar informações à CONCEDENTE, bem como a atender às rotinas de procedimentos que visam aferir a realização dos serviços e sua produtividade.

9.4. A CONCESSIONÁRIA se obriga a fornecer à CONCEDENTE os resultados contábeis, dados estatísticos e quaisquer elementos que forem solicitados para fins de controle e fiscalização, atendendo aos prazos e formas de apresentação, respeitando-se, quando houver, os prazos legais.

9.5. A CONCESSIONÁRIA se obriga a ceder, um local em área coberta localizado em suas instalações, para uso da equipe de fiscalização da CONCEDENTE, quando requisitado.

9.6. A fiscalização dos serviços não isenta nem diminui a completa responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, por qualquer inobservância ou omissão às cláusulas contratuais aqui estabelecidas.

9.7. A CONCEDENTE poderá exigir da CONCESSIONÁRIA a substituição de veículo quando o mesmo apresentar defeitos, podendo igualmente, solicitar o afastamento de qualquer empregado, que se mostrar incapaz por motivo de ordem técnica, moral ou disciplinar, devidamente comprovada,



devendo a frota da CONCESSIONÁRIA passar por vistoria anualmente da CONCEDENTE.

9.8. Os agentes da fiscalização serão considerados prepostos da CONCEDENTE, podendo orientar, controlar e fiscalizar os serviços da CONCESSIONÁRIA, de modo a garantir a prestação do serviço adequado.

9.9. Os agentes da fiscalização terão direito de livre acesso:

9.9.1. Ao interior dos ônibus;

9.9.2. Às dependências e instalações da CONCESSIONÁRIA.

CLÁUSULA 10ª – DAS PENALIDADES

10.1– Sem prejuízo da responsabilidade civil e penal, bem como das demais sanções cabíveis de acordo com o previsto neste contrato e na legislação de regência, as infrações às disposições contratuais serão punidas, alternativa ou cumulativamente, assegurados o contraditório e a ampla defesa dos interessados, com as seguintes sanções e penalidades, a serem aplicadas de modo proporcional à gravidade da falta que as gerou (Art. 40, III - Lei 8.666/93):

10.1.1 - Advertência escrita, a ser aplicada para infrações leves que, por si só, não ensejem a rescisão do contrato ou sanção mais severa, exceto quanto às multas de execução que serão aplicadas concomitantemente.

10.1.2 - Multa a ser aplicada nos montantes abaixo relacionadas:

- a) multa de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) ,em caso de não fazer cessar o motivo da aplicação da advertência; em caso de reincidência na infração de natureza leve constante do item 10.1.1 deste Contrato, a multa será em dobro;
- b) multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), por infração média, por dia, no caso descumprimento das obrigações contratuais, cobrada em dobro nas reincidências, por desobediência às determinações da CONCEDENTE que possam colocar em risco a segurança dos usuários, ou por descumprimento de obrigações contratuais, bem como as regimentais, decorrentes de incidentes na prestação dos serviços, em virtude de ação ou operação deliberada que venha causar transtornos à regularidade operacional no Transporte Coletivo e/ou ao trânsito do Município;
- c) multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), por infração grave, por dia, cobrada em dobro quando houver a reincidência, decorrente de atitudes que coloquem em risco a continuidade da prestação dos serviços, ou por prática de cobranças de tarifas diferentes das autorizadas; por não aceitação dos instrumentos de cobrança tarifária utilizados no Sistema de Transporte Coletivo Urbano do Município; por redução da frota vinculada ao serviço sem autorização e conhecimento da CONCEDENTE;



d) multa de 20% sobre o valor total do contrato, cobrada proporcionalmente à data da rescisão, pela inexecução total ou parcial do ajuste, por culpa da Concessionária, apurado em regular processo administrativo;

e) Pelo descumprimento das cláusulas 8.2.1 e 8.2.6 do instrumento convocatório e de exigências formalizadas pelos fiscais e gestores do contrato, acerca da observância de normas técnicas de segurança e saúde no trabalho adequadas, multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a cada constatação, acrescida de multa no importe de R\$1.000,00 (um mil reais) por infração às referidas normas, sem prejuízo das demais sanções contratuais, conforme o caso.

10.1.2.1 – Definições dos enquadramentos e suas classificações em GRAVES, MÉDIAS E LEVES, valores atribuídos as multas, constam do Anexo XV do Edital, parte integrante do presente contrato, sem prejuízo do disposto no 10.1.2.

10.1.3 - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos, nos termos do artigo 87 e seguintes da Lei de Licitações e demais normativos aplicáveis, quando a infração contratual apresentar gravidade que decorra do descumprimento de normas municipais ou cause prejuízo à população.

10.1.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do artigo 87 e seguintes da Lei de Licitações e demais normativos aplicáveis, quando a infração contratual apresentar, além da hipótese prevista no subitem 10.1.2, lesão a normas penais ou cujo comportamento seja imoral ou inidôneo.

10.2 - As penalidades são independentes entre si e a aplicação de uma não exclui as das outras.

CLÁUSULA 11ª - DA INTERVENÇÃO

11.1. Não será admitida a ameaça de interrupção, nem a solução de continuidade ou a deficiência grave na prestação do serviço público de transporte coletivo de passageiros, o qual deve estar permanentemente à disposição do usuário.

11.2. A CONCESSIONÁRIA garante que as atividades por ela desenvolvidas na execução deste Contrato de Concessão, por serem essenciais à população, serão prestadas sem ameaça de interrupção, sem solução de continuidade ou deficiência grave, sob pena de, independentemente de qualquer medida judicial, o CONCEDENTE, mediante Decreto, intervir na respectiva execução, assumindo-a total ou parcialmente, passando a controlar os meios materiais e humanos que a CONCESSIONÁRIA utiliza, assim entendidos o pessoal, os equipamentos, os materiais, os veículos, as garagens, as oficinas e todos os demais recursos necessários à operação do serviço.

11.3. Para efeito do disposto nesta cláusula, considera-se deficiência grave:

11.3.1. Redução não autorizada dos ônibus empregados em qualquer dos serviços, por mais de



48 (quarenta e oito) horas consecutivas, salvo em casos em que não caiba à CONCESSIONÁRIA qualquer responsabilidade;

11.3.2. Reiterado descumprimento aos itinerários ou horários determinados, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado pela CONCEDENTE;

11.3.3. Não atendimento reiterado de intimação expedida pela CONCEDENTE, no sentido de retirar de circulação veículo julgado em condições comprovadamente inadequadas para o serviço;

11.3.4. A comprovada ocorrência de irregularidades dolosas contábeis, fiscais e administrativas, apuradas mediante fiscalização dos órgãos competentes ou auditoria devidamente credenciada pela CONCEDENTE que possam interferir na consecução dos serviços;

11.3.5. Qualquer dos motivos que possam ensejar a declaração de caducidade da concessão, conforme definidos neste Contrato.

11.4. O ato de intervenção deverá seguir todas as condições impostas pelo direito administrativo e além disso especificar:

11.4.1. Justificativa - os motivos expostos com clareza e objetividade da razão da intervenção e sua necessidade;

11.4.2. Prazo - período de tempo em que se dará a intervenção, a qual não deverá exceder a 180 (cento e oitenta) dias.

11.4.3. Nome do interventor - nome do representante da CONCEDENTE que coordenará a intervenção, estando impedidos de exercê-la empresários do mesmo setor ou seus prepostos.

11.5. A intervenção na operação de serviço acarretará à CONCESSIONÁRIA as seguintes consequências:

11.5.1. Suspensão automática do presente Contrato durante o período da intervenção, quanto aos seus demais efeitos;

11.5.2. Inexigibilidade do recebimento da remuneração referente ao período de intervenção, com exceção dos custos de capital (remuneração do investimento e depreciação).

11.6. A CONCEDENTE assumirá, durante o período de intervenção, os gastos e despesas necessárias à operação dos serviços contratados e as despesas relativas à própria intervenção, utilizando-se, para tanto, da receita advinda da operação dos serviços, bem como executar às suas expensas e total responsabilidade, as manutenções preventivas e corretivas da frota e de todos os demais equipamentos colocados à disposição dos serviços.

11.7. A CONCEDENTE não se responsabilizará pelos pagamentos vencidos anteriormente à intervenção e nem pelos que se vencerem após seu termo inicial, exceto por aqueles considerados indispensáveis à continuidade da operação dos serviços, tais como: salários vencidos e seus encargos, impostos, parcelas de financiamento do ativo imobilizado, dentre outros, e desde que o ato de



autorização de pagamento seja devidamente motivado e instruído.

11.8. Durante o prazo de intervenção, a CONCEDENTE não poderá praticar atos de gestão e administração que venham a comprometer a situação econômica da CONCESSIONÁRIA.

11.9. Decorridos 15 (quinze) dias do termo final da intervenção, a CONCEDENTE prestará contas à CONCESSIONÁRIA de todos os atos praticados durante o período interventivo, apurando e liquidando-se os créditos ou débitos oriundos deste.

CLÁUSULA 12ª – TRANSFERÊNCIA

12.1. A CONCESSIONÁRIA não poderá transferir o presente Contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia e expressa anuência da CONCEDENTE.

12.2. Dependerá de prévia e expressa autorização da CONCEDENTE, observados os requisitos legais, a prática dos seguintes atos:

12.2.1. Alteração da razão social ou denominação da CONCESSIONÁRIA ;

12.2.2. Fusão, cisão ou incorporação;

12.2.3. Transferência de controle da CONCESSIONÁRIA.

12.3. As transferências de concessão ou de controle societário serão regidas pelo artigo 32 da Lei Complementar Municipal nº 60/2014, bem como as demais legislações vigentes e aplicáveis, observadas as disposições contratuais a respeito.

CLÁUSULA 13ª - RESCISÃO

13.1. O contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo poder concedente, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim.

13.1.1. Na hipótese prevista, os serviços prestados pela concessionária não poderão ser interrompidos ou paralisados, até decisão judicial transitada em julgado.

CLÁUSULA 14ª - DA EXTINÇÃO DA CONCESSÃO

14.1. A Concessão se extinguirá com a concretização dos seguintes fatos:

14.1.1. Término do prazo contratual ou da prorrogação;

14.1.2. Encampação;

14.1.3. Rescisão;

14.1.4. Anulação;

14.1.5. Caducidade.

14.1.6. Falência ou extinção da CONCESSIONÁRIA;



14.2. Em qualquer das hipóteses previstas nesta Cláusula, serão observadas as disposições da legislação federal que rege o regime de Concessão de prestação de serviços públicos.

14.3. A encampação consiste na retomada do serviço pela CONCEDENTE durante o prazo da Concessão, por motivo de interesse público, e somente poderá se dar mediante autorização legislativa específica e prévia indenização.

14.4. A rescisão também poderá ocorrer por decisão proferida em processo judicial de iniciativa da CONCESSIONÁRIA, com fundamento em descumprimento das normas contratuais pela CONCEDENTE, em especial pela ação ou omissão que tenha originado o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

14.5. A anulação da licitação, decidida em processo administrativo ou judicial, será determinante da extinção da concessão, com apuração dos débitos e indenizações recíprocas que forem devidas, sua compensação e liquidação do saldo.

14.6. A caducidade poderá ser declarada se:

14.6.1. O serviço estiver sendo prestado de forma inadequada ou deficiente, após devidamente avaliado em regular processo administrativo;

14.6.2. A CONCESSIONÁRIA descumprir cláusulas contratuais ou disposições legais ou regulamentares à Concessão, desde que sejam prejudiciais ao bom desenvolvimento dos serviços;

14.6.3. A CONCESSIONÁRIA paralisar o serviço ou concorrer para que isto ocorra, ressalvadas as hipóteses decorrentes de caso fortuito ou motivo de força maior;

14.6.4. A CONCESSIONÁRIA perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter a adequada prestação do serviço concedido;

14.6.5. A CONCESSIONÁRIA não cumprir as penalidades impostas por infrações, nos prazos estabelecidos;

14.6.6. A CONCESSIONÁRIA não atender a intimação da CONCEDENTE, no sentido de regularizar a prestação dos serviços;

14.6.7. A CONCESSIONÁRIA for condenada, por sentença judicial transitada em julgado, por sonegação de tributos e contribuições sociais.

14.7. A declaração de caducidade deverá ser precedida de verificação de inadimplência da CONCESSIONÁRIA em processo administrativo, assegurada amplo direito de defesa e ao contraditório.

14.8. Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes de comunicados à CONCESSIONÁRIA, detalhadamente, os descumprimentos contratuais, concedendo prazo mínimo de 15 (quinze) dias para corrigir as falhas e transgressões apontadas e para o enquadramento, nos termos contratuais.



14.9. Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada por decreto da CONCEDENTE, independente de indenização prévia que será calculada ao longo do processo e descontada os valores das multas e danos causados pela CONCESSIONÁRIA.

14.10. Em qualquer dos casos de extinção da concessão, a CONCESSIONÁRIA manterá a continuidade da prestação dos serviços nas condições estipuladas neste contrato, até a assunção dos mesmos pela CONCEDENTE ou por empresa por ela contratada, nos termos da lei.

14.11. Em qualquer das hipóteses de extinção da concessão a que se refere esta cláusula, a CONCEDENTE estipulará os procedimentos e os meios para a assunção da prestação do serviço sem quebra de sua continuidade.

14.12. O ato que extinguir a concessão determinará o encerramento da relação jurídica originária do presente Contrato.

CLÁUSULA 15ª – INDENIZAÇÃO

15.1. A CONCEDENTE procederá aos levantamentos e apurações dos valores residuais indenizáveis, bem como fará as retenções e compensações cabíveis e as liquidações devidas, tudo nos termos da lei e do estabelecido neste Contrato.

15.2. Para efeito de cálculo de eventual indenização no caso de extinção da concessão, naquilo que não houve depreciação, serão adotados os seguintes critérios de depreciação, para os investimentos realizados pela CONCESSIONÁRIA:

15.2.1. As edificações serão depreciadas, pelo método linear, pelo prazo de 120 (cento e vinte) meses do valor comercial respectivo, cujo quantum deverá ser indenizado, de uma só vez, ao final da Concessão pelo saldo não contemplado pela Planilha;

15.2.2. As máquinas, equipamentos, veículos, sistemas de controle e comunicação, serão depreciados através do cálculo utilizado no fluxo de caixa e o valor final da indenização, dar-se-á pelo saldo remanescente que se apresentar no momento da liquidação, que deverá ser pago de uma só vez.

15.3. Do valor da indenização que for devida à CONCESSIONÁRIA, a CONCEDENTE reterá todos os valores a ele devidos, a qualquer título, decorrentes da execução deste contrato, inclusive os débitos referentes a penalidades por infrações contratuais, legais e regulamentares, tributos e contribuições, para liquidação de tais débitos, de acordo com os regulares processos administrativos já finalizados.

15.4. No caso de extinção da concessão a CONCEDENTE, a seu critério, poderá assumir contratos da CONCESSIONÁRIA que julgar convenientes à continuidade da prestação do serviço adequado, fazendo as compensações e renegociações que forem cabíveis.

15.5. No caso de extinção da concessão por encampação e/ou anulação, a CONCEDENTE ficará



obrigada a arcar com os ônus rescisórios de contratos celebrados pela CONCESSIONÁRIA, com terceiros, e que não forem assumidos pela CONCEDENTE consoante o disposto no item 15.4 do presente Contrato.

CLÁUSULA 16ª – VALOR DO CONTRATO

16.1. O valor estimado do Contrato de Concessão é de R\$ 9.679.753,02 (nove milhões, seiscentos e setenta e nove mil, setecentos e cinquenta e três reais, e dois centavos).

CLÁUSULA 17ª – BENS REVERSÍVEIS (LEI 8.987/95, ART. 18, X)

17.1 – São bens reversíveis, amortizados no preço da tarifa durante o prazo da concessão, os recebidos no ato da outorga, bem como os a seguir relacionados, constantes dos Anexos IX:

- a) Ponto de Paradas: Pontos do tipo “A”, Pontos do tipo “B” e Pontos do tipo “C”;**
- d) Terminal Rodoviário Pedro Sanchez Y Sanchez, localizado no bairro Morumbi;**
- c) Mini-terminal da Praça João Arsênio Vieira , localizado no centro.**

17.2. Todos os demais bens relacionados na proposta vencedora da licitação, necessários à prestação dos serviços, bem como aqueles da mesma natureza incorporados durante a execução contratual, não se vinculam à presente Concessão.

17.3. Igualmente são bens reversíveis da Concessão aqueles provenientes de desapropriações, obras e benfeitorias públicas relacionadas com a prestação do serviço e necessárias ao melhor desenvolvimento do objeto da Concessão, que serão devidamente justificadas.

17.4. Os bens imóveis, obras e benfeitorias, relacionados ao objeto do Contrato, integrar-se-ão à Concessão e reverterão ao patrimônio municipal após o encerramento do contrato.

CLÁUSULA 18ª - DA GESTÃO

18.1 - Em atenção ao art. 67, da Lei Federal nº 8666/93, ficam definidos como gestor(es) o(s) Sr(s). Adão Donizete Panini, Wagner Roberto Pedrosa e Milton Roberto Pereira, lotados na **Secretaria de Segurança Pública Municipal**, ou outros que venham a substituí-los para fiscalizar e acompanhar a prestação do objeto contratual, sem prejuízo de criação de Comissões específicas em substituição ou acompanhamento paralelo, cuja atuação não excluirá nem atenuará a responsabilidade da Concessionária pela adequada prestação do serviço.

CLÁUSULA 19ª - DO FORO



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80



Fica eleito o Foro da Comarca de Birigui, para solução de qualquer pendência que surgir na execução deste contrato ou na sua inadimplência, com exclusão de outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim, justas e contratadas, assinam o presente contrato em três vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo mencionadas, para que surta os efeitos legais e de direito.

Prefeitura de Birigui, aos _____ de _____ de dois mil e dezesseis.

Pedro Felício Estrada Bernabé
Prefeito Municipal

Contratado

Adão Donizete Panini
Secretário de Segurança Pública Municipal

= T E S T E M U N H A S =

RG:

e

RG: